

DISCURSO DE POSSE DO ACADÊMICO LOUREMBERGUE ALVES

Este é um cenário especial, tomado por um misto de emoção, gosto e prazer. Não me preparei para este momento. Mas, confesso, vaidade à parte, já o esperava há muito tempo. Talvez, desde o instante em que vi o meu primeiro texto publicado nas páginas de jornal. De lá para cá, foi longa a minha jornada. A década de 80, porém, parece não estar tão longe. Para o historiador, as distâncias mais longas são aquelas que o separa dos documentos, dos livros e das falas dos atores sociais. Em meio a esse caminho, inúmeros são os obstáculos. Todos transponíveis evidentemente, basta “perscrutar outro tempo” com o intuito de conhecer os fatos, tal como se passam, e a visualização do tempo e espaço como algo dinâmico, em movimento.

Como resultado desse lidar com as coisas idas e vividas da gente e do Estado mato-grossense, nasceu o meu primeiro livro, com o qual acalentei o sonho de adentrar nesta Augusta Casa. Entretanto, o pas-saporte que trazia na bagagem, o de historiador e de professor, não teve o carimbo desejado. Surpreso e desiludido – não sei bem distinguir qual destes sentimentos – fui tomado, talvez por ambos, pois fizera – e ainda fazem – parte desta plêiade de intelectuais vários operários da arte de historiar. Entre os quais, por exemplo, a minha grande mestra e, agora, confeira por duas vezes, a professora-doutora Elizabeth Madureira Siqueira – pesquisadora incansável, intelectual cuidadosa e escritora do mais alto valor, que embala o aprendizado de estudantes e facilita o trabalho dos professores por meio de suas obras didáticas, tais como o faziam outros historiadores-acadêmicos. Ainda ecoa neste recinto a voz do maior deles, Lenine de Campos Póvoas que, ao presidir a sessão de posse do acadêmico João Alberto Novis Gomes Monteiro, na cadeira n. 34, pronunciou as seguintes palavras:

“A minha observação tem revelado que há, por parte de algumas pessoas, uma distorção ótica ao encarar a finalidade da Academia e os requisitos daqueles que devem integrá-las. Há quem supunha que a essas entidades devessem pertencer somente os poetas ou os que tenham produzido romances (...) Ao conferir ao Centro Mato-Grossense de Letras, nome com o qual esta Academia, o eminente Dom Aquino Corrêa resumiu (...) o seu elevado objetivo: ‘estudioso do belo’. Dessa forma, o nosso ilustre fundador traçou o rumo a ser seguido pela entidade, de cultivar o belo; a beleza da forma através da pureza do vernáculo e a beleza da matéria, na qual se deve dar destaque aos temas da terra natal (...) E a Academia (...) tem permanecido fiel (...) ao roteiro que lhe foi traçado pelo grande arcebispo. Intelectuais e escritores das mais diversas ocupações profissionais por aqui passaram e ainda aqui se encontram, como estudioso do belo” (1).

Assim, esta Academia é constituída de “intelectuais e escritores das mais diversas ocupações”, tal como são todas as outras, inclusive a original: a de Platão – fundada em 387 a. C., próxima a Atenas -, dedicada às musas, pretendia reunir contribuições de diversos campos do saber. A Academia Brasileira de Letras não fugiu a essa regra, ao longo dos seus cem anos de existência, conseguiu reunir, entre seus membros, autores que contribuíram para a formação da literatura brasileira.

Afinal, a chave para a compreensão de uma sociedade encontra-se num complexo terreno das ações e realizações do ser humano, nas experiências de cada grupo social e de cada povo, nas suas relações materiais e em toda a sua produção cultural. Tudo é importante. Nada pode ser ignorado. Por conta disso, não se deve erguer um muro divisor entre a história e a poesia/prosa, pois elas, enquanto saber ou discurso, são feitas de palavras e vêm de uma mesma origem (2); valem-se de metáforas, diálogos, modos de aumentar o suspense, etc.(3); e têm como objeto o homem e a mulher em ação. Uma se realiza no dinamismo das civilizações, outras se apropriam da realidade histórica, transformando-a em realidade estética pelo imaginário. Tais aspectos não podem ser separados, possibilitando alcançar o pensamento transdisciplinar que, além de não se quebrar nas fronteiras entre as áreas do saber, permite o diálogo pluralista com vistas ao conhecimento do Estado de Mato Grosso (4).

Daí a importância deste Sodalício que é a Academia por excelência, ao longo dos seus quase oitenta e dois anos de existência, conseguiu reunir, entre seus membros, autores que contribuem para a formação da literatura mato-grossense, historiadores, juristas, militares, religiosos, engenheiros, professores, jornalistas,

médicos, dentistas, políticos e cientistas, cujas obras e vida profissional constituem uma referência em suas respectivas áreas.

Isso me fez manter o sonho de um dia, como membro, adentrar na Casa de D. Aquino, de Dunga Rodrigues e de Lenine Póvoas. “Os sonhos” – afirma James Allen (5) – “são as sementes da realidade”. Esperei por esse dia, embalado por palavras de estímulos de amigos, agora confrades. São tantas que estas páginas não fornecem espaços suficientes para transcrevê-las. A leitura, porém, de trechos de três correspondências faz-se necessária. Em uma delas, o confrade Carlos Gomes de Carvalho escreveu: “Estou remetendo hoje para AML o meu voto para a sua eleição. Faço-o com satisfação. Sei que seu espírito estudioso e a sua dedicação às atividades da cultura, só enriquecerão a nossa Casa” (6). Numa outra, a confeitira Vera Randazzo afirmou: “(...) mandarei meu voto, pois sou grande admiradora sua, de sua cultura, do seu trabalho e principalmente do seu desejo de ingressar na gloriosa Academia Mato-Grossense de Letras” (7). Na terceira, deixando-me completamente emocionado, Dona Maria de Arruda Müller, generosamente, escreveu:

“Com muito e intensivo apreço respondo hoje a carta, em a qual V. S. exprime o louvável propósito de candidatar-se a uma cadeira da nossa Academia de Letras. Vossa brilhante exposição na qual demonstra elevado amor às letras, grande conhecedor da história já o condiciona à cadeira que pretende presentemente ocupar.

Com jubiloso darei o meu voto ao preclaro professor e historiador nessa eleição pelo qual Mato Grosso e sua Academia mais uma vez honrarão na caminhada para o seu apogeu. Com votos de unânime acolhida sou de V. S. conterrânea admiradora” (8).

Diante dessas palavras, senhores acadêmicos, não poderia de maneira nenhuma fraquejar. Tampouco desistir, mesmo ciente da fase difícil em que se encontrava a Academia Mato-Grossense, sem recursos para suas mais elementares necessidades – situação que, infelizmente, ainda perdura – e com os seus membros envolvidos e separados por uma contenda. Ganharam as páginas da televisão e do rádio. Nenhum deles, claro, estava satisfeito, no qual se moviam. Triste momento. Felizmente, tudo isso já passou. As coisas normalizaram-se – com o velho casarão, encravado no coração da antiga Rua do Campo, hoje Rua Barão de Melgaço, retomando suas atividades, florescendo a cultura regional. Nessa nova aurora para a Casa, no dia 31 de janeiro próximo passado, na primeira sessão do ano, fui eleito para ocupar uma de suas cadeiras.

Sinto-me honrado e feliz por dirigir-me aqueles que intrinsecamente possuem a luz. Atravessei pórtico venerável da Casa de Barão de Melgaço com a alma regurgitante de mato-grossense. Adentro-me no seu salão nobre com humildade de aprendiz. Não o faço sozinho. Entram comigo minha família, irmãos de fé, amigos, confrades e confeitiras do IHGMT, convidados, alunos e todos os meus colegas da Universidade de Cuiabá – Instituição de educação superior a qual, orgulhosamente, pertence e, ao mesmo tempo, sempre agradecido pelas oportunidades que me vem permitindo, sem as quais não poderia desenvolver minhas potencialidades. O que favoreceu o meu ingresso neste Sodalício para ocupar a cadeira n. 6, em plena semana de aniversário de Cuiabá que o poeta Carmindo de Campos (9), assim homenageou:

*(...), minha velha e lendária cidade,
 Você está remoçando...
 Está ficando mais bonita...
 Está ficando mais, cada vez mais catita!...
 Se o Pascoal Moreira Cabral visse você agora,
 Garanto! Não iria mais embora.
 Nem Pires de Campos e nem outro bandeirante,
 Porque você, minha velha, está fascinante!
 Você bem merece a liderança
 Desse velho e valente Mato Grosso!
 Você tem um quê que prende a gente.
 Você, minha velha, é um colosso!
 Tudo em você, tudo, rescende a Brasil!
 Seus morros, seu rio piscoso, seu céu de anil!...*

*Seu rio é seu pai, e igual não há:
 Foi ele que lhe deu esse nome poético: Cuiabá!
 Oh! Minha cidade linda, não sei porquê.
 Quando longe, sinto imensa saudade de você.
 Sinto saudade do pacu, do bagre, da piraputanga,
 Do licor de piqui, do doce de caju e da manga!
 Sinto saudades desse calor sadio.
 Que às vezes é melhor, muito melhor que o frio.
 Oh! Minha cidade linda, igual não há;
 Oh! Minha velha e idolatrada Cuiabá!”*

Semana memorável não só para a cidade e seus municípios, mas particularmente para um menino que nasceu nas cercanias do nascedouro do rio Paraguai, numa cidade garimpeira e cresceu em meio à aventura de se encontrar o que não se guardou, presenciando a labuta diária de homens e mulheres entre barrancos de cascalhos e córregos, movidos pela esperança de qualquer hora encontrarem a sorte grande e mal podiam acompanhar o crescimento de seus próprios filhos que, na sua maioria, apresentavam feições de gente velha, mal cuidados e desdentados. A atividade dos pais retirava-lhes o próprio futuro. “Um futuro que poderia ser bem outro se dedicassem aos estudos”, ponderava minha mãe.

Segui o nobre e valioso conselho de minha mãe – mulher guerreira, que Deus a chamou prematuramente. Mas, certamente, lá do alto dos céus, está atenta a todos os meus passos. Com certeza ajudou-me nesta primeira tarefa como acadêmico: o da feitura deste texto. Aliás, não se pode entrar para uma Academia de Letras, sem se fazer um discurso. Indispensável exigência estatutária, à maneira de profissão de fé, a ser aqui feita, no pórtico de entrada.

Senhor Presidente
 Senhores e Senhoras
 Senhoras Acadêmicas
 Senhores Acadêmicos

Esta não é uma tarefa fácil. Bem sabeis. Procurei realizá-la com afinco. Foi uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa. Segui as pegadas dos que me antecederam. Logo, a minha imaginação começou a abrir as páginas da História regional. O passado tornou-se presente. E, como por encanto, as imagens foram surgindo uma a uma, formando uma enorme estampa fotográfica à minha frente. Nela, via a Cuiabá antiga, com suas ruas mal alinhadas e calçamento de pedra-cristal, tendo às suas margens as casas em estilo lusitano, beirais, janelas retangulares, caixilhos, nos fundos, quintais enormes repletos de pés de mangas, cajus, laranjas, goiabas, etc., etc.

Foi esse cenário que foi fundada a Academia Mato-Grossense de Letras que, hoje, abre seu portal a minha entrada para ocupar a Cadeira número 6.

FRANCISCO JOSÉ DE LACERDA E ALMEIDA

Seu patrono, Francisco José de Lacerda e Almeida, nasceu em São Paulo. Era formado em ciências matemáticas pela Universidade de Coimbra. Em 1782, veio para a Capitania de Mato Grosso (10), embrenhando-se pelo sertão, onde “*permaneceu em serviço por mais de dez longos anos*” (11), prestando relevantes levantamentos e demarcações *in loco* (12), como componente da Comissão de Limites. Suas aventuras foram consideradas “*odisseia*” e “*saga*”, pois – ao lado de Antônio Pires da Silva Ponte4s (patrono da cadeira n. 5), de dezoito praças de pré e cem índios, e sob a liderança de Ricardo franco de Almeida Serra (patrono da cadeira n. 3) – percorreu “*o inferno verde da Amazônia*” até aportar-se em Vila Bela, travando uma “*luta áspera e insana contra os perigos ocultos da selva, os ataques dos índios e a mais insidiosa das inimigas – a malária*” (13). Embora com a saúde debilitada, ele não se deixou abater. Continuou admiravelmente a cooperar na execução da grandiosa obra empreendida pelo mais notável dos Capitães-Generais e Governadores da região mato-grossense, Luiz de Albuquerque Pereira e Cáceres, “*tanto de valia científica, pelo*

melhor conhecimento de vasta região, como política” (14), visando garantir os limites fronteiriços estabelecidos pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). Assim, ajudou a levantar a coreografia do território, desde a faixa limítrofe, cujas linhas geodésicas constituem a baliza divisória entre o Brasil e a Bolívia; executou o reconhecimento do Paraguai, da boca do Jaurú à Baía Negra e o reconhecimento das grandes lagoas: Uberaba, Galva, Mandioré e Tamengo, e dos rios Paraguai-Mirim, São Lourenço e Cuiabá (1786-1792); e o mapa geográfico da Capitania de Mato Grosso.

Toda essa rica experiência ficou registrada. Nada lhe escapou, apesar do cansaço pelo trabalho diário que tinha princípio ao romper do dia e acabava pelo anoitecer, seguido da perda de grande parte das noites nas observações astronômicas. Tudo foi minuciosamente anotado e transformado em obras, tais como: *“Distâncias avaliadas em 1788 entre o Cuiabá e Porto Feliz, e os lugares mais notáveis desta navegação”*. *“Mapa do rio Madeira”*, *“Carta geográfica do Guaporé”*, *“Diário de Vila Bela à cidade de São Paulo pela ordinária derrota dos rios no ano de 1788”*, *“Observações feitas no rio Madeira e dos rios que nele confluem, desde a sua foz sobre o rio Amazonas, com todas as que se praticaram, dentro dos limites da vasta Capitania de Mato Grosso”* (15).

Trabalhos tão valiosos que, segundo o saudoso historiador Lenine de Campos Póvoas, o Marechal Rondon, ao percorrer as mesmas fronteiras, em começos do século XX, declarou que eles (os trabalhos) *“lançam sobre as páginas da história da Capitania de Mato Grosso um fulgor de talento, de hombridade e operosidade de que em vão se procuraria equivalente”* em outras plagas (16).

O astrônomo e matemático Francisco José de Lacerda e Almeida, portanto, deixou traços perenes para a história e para a literatura mato-grossenses. Por conta disso, não em vida evidentemente, teve, juntamente com Antônio Pires da Silva Pontes, seu nome gravado em um dos municípios mais prósperos do estado de Mato Grosso, Pontes e Lacerda; bem como na cátedra n. 6 deste Sodalício, ocupada por ilustres figuras do cenário intelectual e litero-cultural mato-grossense.

CECÍLIO DA SILVA ROCHA

O primeiro deles, Cecílio da Silva Rocha nasceu em Corumbá, a 22 de novembro de 1907. Após cursar o primário na sua cidade natal, mudou-se para Campo Grande, atual Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, onde terminou o secundário e o superior, diplomando-se em Odontologia e Farmácia. Conciliou as atividades de jornalista e a de funcionário público. Não chegou a ocupar a cadeira pela qual foi eleito em função de sua transferência em definitivo, antes da data de sua posse, para o Estado de Goiás. Passando, então, para a condição de sócio correspondente (17).

ERNESTO PEREIRA BORGES

Ocupou-a, de fato, pela vez primeira, o ínclito magistrado Ernesto Pereira Borges, nascido em Cuiabá no dia 18 de agosto de 1910. Tornou-se, após passagem como promotor de Justiça por diversas comarcas mato-grossenses e pela presidência do Tribunal de Justiça, uma das mais brilhantes culturas jurídicas do Estado. Desempenhou, ainda, as funções de Secretário do Interior, Justiça e Finanças no governo de João Ponce de Arruda (1956-1961). Além disso, colaborou, com presteza e talento, em jornais do Estado: *“O Mato Grosso”*, *“A Cruz”*, *“O Estado de Mato Grosso”* e *“O Correio da Semana”* (18). O que lhe garantiu sua eleição para a Academia Mato-Grossense de Letras, no final dos anos 40. Ao saudá-lo, o acadêmico Alirio de Figueiredo, ocupante da cadeira n. 18, assim se expressou: *“(…) toda a vossa grande cultura, no exercício dessas atividades do espírito, exposta em vernáculo e elegante exterioridade de forma, bem vos confere o galardão de homem de letras”* (19).

Autor de dois volumes de direito aplicado e numerosos trabalhos jornalísticos. Publicou, em 1949, seu discurso de posse neste Sodalício e, depois de dez anos de desaparecimento, retomou a edição da revista jurídica *“Anais Forenses”* em 1948 (20). Somam-se a estes feitos, os artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tais como *“Centenário de D. Aquino”* (1985), *“Historiador Luiz Phillipe Pereira Leite”* (1986), *“Professores do Liceu e da Escola Normal”* (1989), *“Dois Prelados resignatários: D. Antônio Campelo de Aragão e D. Antônio Barbosa”* (1987), *“Centenário de Filogônio Corrêa”* (1987), *“Ainda a divisão do estado”* (1982), *“Marechal Dutra”* (1983), *“O Estado é o credor da União”* (1980) (21). São todos eles, textos simples e de um alcance extraordinário, que ultrapassam os muros do tempo, deixando transparecer com lucidez e tenacidade a figura maior das nossas letras:

“Se ainda vivesse, D. Aquino Corrêa completaria, a 2 de abril de 1985, o centenário de seu nascimento em Cuiabá – a cidade verde terra natal.

Sem embargo do tempo já passado de seu falecimento, é deveras impressionante a permanência, cada vez mais nítida, da invulgar personalidade do venerado Arcebispo, que refulge na memória e na admiração dos que tiveram especial privilégio de conhecê-lo.

Sua lembrança jamais de nós se apagou. Bem ao contrário: sobrepõe-se ela ao próprio tempo e continua a ser evocada em todas as oportunidades que se nos apresentam.

(...) No Salão Nobre da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, o busto do seu fundador e presidente perpétuo atesta a lembrança de sua presença (...)” (22).

O acadêmico Ernesto Pereira Borges apresenta uma linguagem escorreita, elegante e clássica. Transformou-se num literato autêntico e artista primoroso pela grandeza do pensamento. Textos profundos, levando seus leitores a pensar em si próprios e na construção do próprio Estado brasileiro. Neste particular, afirma: *“(...) Sabe-se que a Colônia não tinha personalidade jurídica. Não tinha soberania. Não tinha nenhum direito e nenhuma garantia a dar aos seus nativos, diante de Portugal colonizador”* (23). Mais adiante, exaltou a participação africana no processo cultural nacional:

“Os africanos trouxeram para o Brasil, as suas genuínas tradições. Os seus costumes próprios, a sua religião, o seu rito, o seu Candomblé, o seu Orixá, o seu atabaque, o seu cântico dolente e até a sua arte musical, ao som do choroso do rústico berimbau de corda retesa, tocada com ritmo próprio, pela varinha manejada com maestria, mudando a sonoridade com a ponta do berimbau colocado ao canto da boca que deixava vazar o lamento de sua alma” (24).

Valorizava a cultura brasileira, exaltando todos os elementos de sua composição. Exaltava o humano pelo seu ser, não pelo seu ter, o coletivo, não o individual. No seu discurso de posse, escreveu:

“O homem deve ser considerado não em relação a grupos ou classes, mas sim em função da humanidade, todos comuns na sua origem e destinação rompendo as algemas do individualismo, pela emancipação do espírito trabalhado pela cultura. É cultura que há de imprimir à civilização o novo sentido humanista: assim a cultura reabilitará a civilização e a civilização reabilitará o homem, exaurido no conteúdo intrínseco de suas prerrogativas fundamentais. Daí o relevante papel reservado hoje à literatura nesse grande movimento cultural de reabilitação do homem: o humanismo” (25).

Humanista convicto, posicionou-se contra o positivismo jurídico por *“operar a completa relativização do Direito”*, uma vez que esta visão – unilateral e redutora – tende a enxergar todo o Direito na ordem social estabelecida pela classe e grupos dominantes, diretamente através das leis do estado; assim como também a qualquer forma de opressão, inclusive a de ideias, para que *“as aspirações e anseios da personalidade humana encontrem ressonância e correspondência na consciência coletiva, numa atmosfera de paz, de concórdia e de harmonia universal, redimindo a geração presente e transmitindo o maior legado aos dias incertos e sombrios da geração futura”* (26).

Defendia suas ideias com tenacidade, sem, contudo tornar-se prepotente; empunhando a pena, lutou em prol da democracia e do humanismo jurídico; e difundiu suas opiniões, valendo-se das páginas da imprensa. Aliás, esta última transformou-se em prática-instrumento-comum entre os ocupantes da cadeira n. 6.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS

O terceiro eleito para esta cadeira, embaixador Roberto de Oliveira Campos, sucessor do desembargador Ernesto Borges, nasceu no Beco do Meio – no Distrito do Porto – em Cuiabá, no dia 17 de abril de 1917. Levado pela mãe, D. Honorina, andou peregrinando, de Penápolis-SP para o Pantanal da Nhecolândia e, dali, para Corumbá, depois pela Capital paulista e, finalmente, Guaxupé-MG, onde, aos dez anos, entrou para o seminário de Nossa Senhora Auxiliadora. Terminou o curso de Teologia e recebeu as ordens menores. Mas, antes de ordenar-se padre, abandonou o Seminário. Foi professor em Batatais-SP (27), onde

conhecera e namorou D. Stella Ferrari Tambellini. Pouco depois, ainda solteiro, mudou-se para o Rio de Janeiro para trabalhar como professor no Colégio Santa Cecília e no curso Mattos. Tempo depois, logrou aprovação em concurso para o Itamaraty, fazendo parte de um grupo que Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, chamou de “*os 18 do Forte*” (28). Já com um status diplomático resolvido, retornou a Batatais para unir-se em casamento com D. Stella (1939). Foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos e na Inglaterra, colaborou com o presidente Juscelino Kubitschek na elaboração e redação do Plano de Metas e na condução do BNDS e, com o golpe burocrático-militar, revestiu-se de ministro no governo Castelo Branco – responsável pela organização do Banco Central, o FGTS (Fundo de garantia por Tempo de Serviço), o Banco da Habitação, a Caderneta de Poupança e elaborou o Estatuto da Terra. Retornou à embaixada brasileira em Londres. Permanecendo por lá, sete anos, sete meses e sete dias. Voltou ao país, inaugurando uma nova fase de sua vida: o de congressista. Foram, ao todo, 16 anos no Parlamento, os primeiros oito anos como Senador por Mato Grosso e as duas legislaturas seguintes como deputado federal pelo Rio de Janeiro.

Paralelamente à carreira diplomática e de parlamentar, dedica-se também à pesquisa e à leitura, as quais lhe permitiram escrever as seguintes obras: “*Antologia do bom senso*”, “*Guia para os perplexos*”, “*Ensaio de história Econômica e Sociologia*”, “*O Século esquisito*”, “*Ensaio imprudentes*”, “*Reflexões do crepúsculo*”, “*A técnica e o riso*”, “*Do outro lado da cerca*”, “*Ensaio contra maré*”, “*O mundo que vejo e não desejo*”, “*Na virada do milênio*” e “*Lanterna da popa*”. Estas, no dizer do acadêmico Antônio Olinto, impuseram um estilo novo às análises sociais e econômicas escritas no Brasil, ao mesmo tempo em que revelavam uma excelência literária que, no caso de sua autobiografia “*Lanterna na popa*”, ganhou o Prêmio Ermínio de Moraes concedida pela Academia Brasileira de Letras (29).

Em todos os seus livros – observa aquele membro da ABL – há uma pregação, numa série de análises claras e lúcidas sobre os tempos atuais, sua gente e suas opções (30). Com elas (obras), atraiu admiradores e viu crescer o grupo de opositores. Muitos discordavam de suas ideias, porém jamais deixaram de reconhecer sua competência e capacidade de argumentação. Ele defendeu suas convicções com argumentos consistentes, sem ser turrão. Soube rever posições. Ajudou a criar as estatais que produziram boa parte do rombo atual nas contas públicas e depois passou a atacar a estatização. “*O imbecil é aquele que não muda. Mudei e aprendi*”, justificava-se. Em seguida, arrematava: “*a primeira coisa a fazer no Brasil é abandonarmos a chupeta das utopias em favor da bigorna do realismo*” (31).

Irônico, metucioso no saber, o acadêmico Roberto Campos era um adepto fervoroso da escola liberal. Leitor incansável dos economistas clássicos, desde Adam Smith – passando por David Ricardo, David Hume e James Milo – até Mario Henrique Simonsen, bem como de José Guilherme Merquior, Michel de Montaigne e de François René Chateaubriand. Frasista tão fulminante quanto Nelson Rodrigues. Tinha, de acordo com Olinto, “*o gosto pela precisão da palavra e pela curteza das afirmações, contidas numa técnica literária cujas descrições, mesmo as aparentemente não-opinativas, na verdade insuflam e propõem opiniões*” (32).

Era, de fato, um “*pregador de ideias*”. Não se pode, com isso, coloca-lo no grupo dos causadores de controvérsia, pois – como ele próprio dizia – “*controvertido é quem controverte comigo*” (33). Incomodava-o muitíssimo a “*capacidade der acomodação*” proporcionada pela “*lambança geral do estado brasileiro*” que “*atrapalha as decisões racionais e o gerenciamento eficiente, que consiste simplesmente em cobrar resultados. Ainda temos um resto de mentalidade colonial*” (34).

Em um de seus textos, observou:

“defrontamo-nos com um mundo cada vez mais globalizado. É uma expressão de que muita gente não gosta mas, cá entre nós, não dá para dizer: vou cair fora, disso eu não brinco. Todas as mudanças têm o seu lado penoso, ainda mais para aqueles que se sentiam bem na situação anterior. O desejo de segurança é inerente ao homem. Mas, plagiando Hegel a ideia de a liberdade é a consciência da realidade. Não adianta o Brasil procurar adiar, empurrando com a barriga. A insegurança competitiva na sociedade da informação é o único caminho. Ainda mais, é preciso mudar a maneira de pensar: temos de começar a raciocinar como sociedade da informação. Gandhi sonhava com a economia de subsistência das aldeias. Levou um tiro, e hoje a Índia, paupérrima e superpovoada, exporta cérebros – entre eles, analistas e programadores – porque se preocupou com a excelência da formação”

desse pessoal. O Brasil, espontaneamente, deu saltos (...) A ação agora é acelerar. Ou então, a opção preferencial pela infopobreza” (35).

Crítico contumaz, Roberto Campos era homem do seu tempo com os olhos fixos no futuro, sem contudo ignorar a maior das injustiças: a pobreza. Seu ciclo, escrevia, “*que tende sempre a se auto-reproduzir, provoca destruição dos solos produtivos, desmatamento e práticas agrícolas ineficientes (70% dos danos aos solos agrícolas do mundo resultam disso) e acaba associado a baixo nível de educação, criando inadaptabilidade ao trabalho em condições modernas” (36).* Assim, a seu modo, descrevia o Brasil, lamentando pelas suas deficiências:

“Estamos atravessando dias pesados, um ambiente de insatisfações e sombras. Os mais jovens sentem-se angustiados diante das incertezas do futuro, da ameaça de desemprego, de falta de horizontes. Os mais velhos tentam lembrar-se daqueles períodos em que o Brasil não atravessava um estado de crise permanente. Salvo alguns breves anos do começo do Plano Real, parte da era Kubitschek e o otimismo do milagre econômico do fim dos anos 60 – que, no entanto, foi tisonado pela situação política de exceção – todo o resto de nossa História contemporânea é um confuso mosaico de problemas e condições institucionais instáveis (...) Falta-nos reduzir os excessivos contrastes em matéria de educação, informação e saúde – demanda social justa, mas não um impedimento real ao nosso desenvolvimento tecnológico ou industrial (...) A verdade é que nosso grave subdesenvolvimento não é só econômico ou tecnológico. É político. Somos um gigante preso por caguinchas dentro de estruturas disfuncionais. A máquina político-administrativa que rege hoje nossos destinos é uma fábrica de absurdas distorções cumulativas. O regime presidencialista e o voto puramente proporcional, cada um dos quais, já de si, dificilmente funcionam bem, transformam-se, quando combinados, numa crise quase ininterrupta (...) Não é que os políticos só pensem em si ou sejam corruptos de nascença. Esse é uma visão popular deformada. A maioria é dedicada e séria. Mas o deputado, o senador, o prefeito, o governador e, obviamente, o presidente têm de ser eleitos, ponto de partida do qual não há escapatória. Nas eleições proporcionais de hoje, os deputados são obrigados a catar votos por todo o Estado, garimpando aqui e ali – um processo caro e tremendamente incerto, porque eleitor em geral não sabe como discriminar entre dezenas de representantes eleitos. Como é que o eleitor médio vai se lembrar de quem propôs medidas ou leis, para poder avaliar quem merece o seu voto? (...) No Brasil, cobrar o quê, de quem? Mal acaba de ser eleito por um partido, o deputado ou senador se sente à vontade para mudar de partido. Não existe sanção. A eleição presidencial então é sempre uma trama violento, agravado pela percepção de que o vencedor passará a controlar a máquina pública, os mecanismos de dar ou negar favores. Gerir a coisa pública é, entre nós, um contínuo varejo (...) O mundo está cansado de esperar pelas reformas brasileiras. E de ouvir lamentações sobre a nossa pobreza” (37).

Essa leitura do Brasil é atualíssima. As reformas – políticas, fiscais, previdenciárias e educacionais – ainda estão muito distantes. A realidade é bem outra. Talvez, por isso, o Estado brasileiro continue injusto, aprisionando um número muito grande de patrícios no labirinto da pobreza; enquanto as elites esbanjam fartura e riquezas. Crescem, então, as distancias entre o rico e o pobre, entre a periferia e o centro, à medida que aumentam os entraves e levantam-se os muros. Nada mais espantoso do que uma sociedade, assentada num único torrão natal, dividida em “os mais iguais” e “os desiguais”. Esta política perversa, entre outras cousas, gera como consequência o crescimento da violência que, por sua vez, transforma o espaço público em privado, bem como dificulta o trilhar democrático – pois priva a maioria da população dos meios de vida essenciais.

Em épocas de crise como a que se está vivendo agora, cada um de nós tem o dever de se auto-interrogar sobre as raízes dos problemas que afligem o povo e repudiar posições doutrinárias fundadas num reducionismo econômico. A Academia Mato-Grossense de Letras tem a responsabilidade, como guardião do belo e foro permanente do debate cultural da região, de impedir que se venha ignorar os germes da crise atual que já corroíam nosso organismo social na fase de rápido crescimento das forças produtivas do país. Afinal, diria o acadêmico Roberto Campos, “*perdeu-se tanto tempo nos descaminhos da economia brasileira que ainda temos pela frente um decênio de confortável mediocridade” (38).*

“As memórias de Roberto Campos são um documento precioso sobre a evolução da economia brasileira” (39). Na verdade, nos últimos quarenta anos, ele participou da história econômica do Brasil em

três dimensões. Num breve período em que esteve afastado da função pública, manteve-se como espectador influente pelo poder de persuasão e de crítica de seus artigos. No serviço diplomático e no BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) foi destacado ator coadjuvante. E no período de 1964-67 assumiu o papel de protagonista, sob a regência do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (40). Por isso, muito mais do que um livro de memórias, “A Lanterna na Popa” é um documento precioso sobre a evolução da economia nacional nesse período. Leitura, portanto, obrigatória. Afinal, seu autor é um intelectual com presença marcante na cultura do Brasil, pertencente à chamada “velha guarda” que passou pelos governos burocrático-militares. Saiu-se – a exemplo de Mário Henrique Simonsen, nas páginas da revista “Exame”, e Delfin Neto, nas da “Folha” – muitíssimo bem no palco dos debates, através das colunas semanais da “Folha de São Paulo” e do ponto de vista da revista “Veja”, pois – no dizer do acadêmico Satyro de Oliveira – era “*detentor de sólida sabedoria, redige muito bem, num agradável tom, vez por outra escurinho, a quando e quando bíblico; da frase, nunca vulgar, o torneio sávido, em suave harmonia com análise percuciente*” (41).

De fato, o economista Roberto Campos era um autor primoroso. Dono de uma rica produção literária. Mas, devo grifar, equivocadamente apoiou e participou do regime burocrático-militar que, entre outras coisas, acelerou a desigualdade social, política, econômica e cultural da produção brasileira. Contudo, longe de fixar os olhos no retrovisor observando os anos de chumbo daquele regime e tampouco para selar o esquecimento sobre o passado, devo, isto sim, ater-me ao trabalho intelectual de um dos maiores representantes da Academia Mato-Grossense de Letras. “*Catedrático da modernidade*”. Articulista com o gosto da ironia. Seus textos, construídos à moda de quem lapida uma pedra preciosa, atraem até os seus opositores que, acertadamente, reconhecem-no como bom escritor e “*o mais veemente polemista, no plano da pregação econômica*”. Razão pela qual, a exemplo de tantos outros não adeptos do liberalismo ou do neoliberalismo, tornei-me um de seus inúmeros leitores. Era a primeira coluna que lia, tanto na “Folha de São Paulo” (aos domingos) como na revista “Veja” (uma vez por mês). Quase sempre discordava de suas opiniões, mas o reconhecia – e o reconheço – como um escritor “*com a boa cultura clássica*” e “*elegância da forma, num testemunho a mais de que a palavra foi dada ao homem para que a transformasse em obra de arte*” (42). Infelizmente, no dia 10 de outubro de 2001, veio a falecer no Rio de Janeiro. A partir de então, meu repertório de leitoras dominicais não foi mais o mesmo.

É certamente uma honra para eu suceder-lhe na cadeira n. 6. Agradeço a generosidade dos companheiros acadêmicos pela acolhida nesta Casa – geratriz e a guardiã da cultura, perpetuando-a – e que, por isso, seus membros são imortais. Sabedor de que outros, com maiores créditos, poderiam evocar a escolha para si. E, no ensejo de meu ingresso na Academia Mato-Grossense de Letras, cabe-me jurar o respeito ao estatuto da Casa e contribuir para com a perpetuação da cultura regional, registrando a beleza desta terra e a bravura e o labor de sua gente. Reverenciar agora à memória de todos os que por aqui passaram. Ao venerando Patrono, Francisco José de Lacerda e Almeida, e aos ilustres antecessores, Ernesto Pereira Borges e Roberto Campos, minhas homenagens, confortado pela presença subjetiva que a imortalidade confere. Agradeço à magnanimidade³ do honorável presidente Satyro Benedicto de Oliveira e da confrreira Elizabeth Madureira Siqueira aos quais devo agradecer o estímulo e as belas palavras com que fui apresentado e recepcionado. Devo agradecer, ainda, a todos, aqui, presentes, pela paciência com que me ouviram.

Sr. Presidente

Sras. Acadêmicas

Srrs. Acadêmicos

A homenagem que recebo – ao me elegerem e empossarem – divido-a com a minha esposa e meus filhos.
Muito obrigado!

NOTAS

- 1 – PÓVOAS, Lenine de Campos. Discurso de abertura da sessão solene de posse, realizada a 5 de maio de 1991. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 1, p. 36, 1991-1992.
- 2 – WHITTE, Peter. Apud. ALVES, Lourebergue. Literatura e história, um diálogo possível. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá, v. 59, p. 42, 2001.
- 3 – BURKE, Peter. Apud. ALVES, Lourebergue. Op. cit., p. 42.
- 4 – ALVES, Lourebergue. Op. cit.,
- 5 – MELLO, Clovis de. Discurso de posse. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, n. 1, p. 28, 1991-1992.
- 6 – CARVALHO, Carlos G. *Correspondência endereçada a mim* no dia 20 de janeiro de 2003.
- 7 – RANDAZZO, Vera. Correspondência datada de 20 de dezembro de 2002.
- 8 – MÜLLER, Maria de Arruda. Correspondência datada de 29 de julho.
- 9 – Apud. PÓVOAS, Lenine de Campos. *História da cultura mato-grossense*. 2 ed. São Paulo: Resenha, 1994, p. 92.
- 10 – MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário bibliográfico mato-grossense*. Cuiabá: IHGMT/AML, 1953, p. 15.
- 11 – BORGES, Ernesto Pereira. Discurso de posse. *Revista Comemorativa do Jubileu de Diamante da Academia Mato-Grossense de Letras (1921-1996)*. Cuiabá, p. 79, 1996.
- 12 – MENDONÇA, Rubens de. Op. cit., p. 16.
- 13 – CAMPOS, Roberto, *Discurso de posse na Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, 15 set. 1995 (cópia).
- 14 – CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994, p. 411.
- 15 – SILVA, Paulo Pitaluga C. e. *Estudo bibliográfico da história, geografia e etnologia de Mato Grosso*. 1 ed. Cuiabá: CCS, 1992, p. 38.
- 16 – PÓVOAS, Lenine C. *História da cultura mato-grossense*. Cuiabá: Resenha, 1994, p. 23.
- 17 – BORGES, Ernesto Pereira. Op. cit., p. 79.
- 18 – MENDONÇA, Rubens de. Op. cit., p. 24.
- 19 – Apud. CAMPOS, Roberto. Op. cit.,
- 20 – MENDONÇA, Rubens de. Op. cit., p. 26.
- 21 – SILVA, Paulo Pitaluga C. e. op., cit., p. 72.
- 22 – BORGES, Ernesto Pereira. Centenário de D. Aquino. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá, t. CXXIII-CXXIV, ano LVII, p. 8, 9, 1987.
- 23 – _____. Centenário da abolição da escravatura. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá, t. CXXIX-CXXX, ano LX, p. 103, 1988.
- 24 – Idem, p. 105.
- 25 – BORGES, Ernesto Pereira. *Discurso de posse*. Op. cit., p. 157.
- 26 – Idem, p. 158.
- 27 – MONTEIRO, João Alberto Novis Gomes. *Discurso de recepção ao acadêmico Roberto Campos*, 15 set. 1995.
- 28 – OLINTO, Antônio. *Discurso de recepção ao acadêmico Roberto Campos*. Rio de Janeiro: AML. Disponível em: <http://www.abl.org>. Acesso em: 12 dez. 2002.
- 29 – Idem.
- 30 – Ibidem.
- 31 – Apud. SOARES, Lucila. O homem que tinha razão. *Revista Veja*. São Paulo, n. 33, ano 35, p. 40, 17 out. 2001.
- 32 – OLINTO, Antônio. Op., cit.,
- 33 – CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Discurso de posse na ABL*. Rio de Janeiro: ABL. Disponível em: <http://www.abl.org>. Acesso em: 12 dez. 2002.
- 34 – _____. Info-ricos e info-pobres. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Opinião, 20 ago. 1994, p. 5.
- 35 – _____. Opção preferencial pela info-pobreza. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Opinião, 20 ago. 1995, p. 5.
- 36 – _____. Globalização. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Opinião, 22 fev. 1998, p. 5.
- 37 – _____. Repetindo o óbvio. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Opinião, 20 jan. 2000, p. 5.
- 38 – Apud. NASSIF, Luis. Memórias de um construtor. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Opinião, 30 out. 1994, Livros, p. 6-8.
- 39 – SOMONSEN, Mario Henrique. Três dimensões da história. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Opinião, 30 out. 1994, Livros, p. 5.
- 40 – Idem.
- 41 – OLIVEIRA, Satyro Benedicto de. *Discurso pronunciado na sessão solene de 15 de setembro de 1995*, data da posse do acadêmico Roberto Campos na cadeira n. 6.
- 42 – MONTELLO, Josué. Apud. OLIVEIRA, Satyro Benedicto de. Op. cit.